

Tensões epistemológicas entre o popular e o comunitário em contextos de desastres climáticos: o caso do projeto Caminhos de Ivorá, no Rio Grande do Sul, Brasil

Fabio Frá Fernandes¹
Maria Ivete Trevisan Fossá²

Recebido: 14/05/2025
Aceito por pares: 27/10/2025

Submetido a pares: 24/07/2025
Aprovado: 10/12/2025


DOI: 10.5294/pacla.2026.29.s2.2

Para citar este artigo / para citar este artículo / to reference this article

Fernandes, F. F. e Fossá, M. I. T. (2026). Tensões epistemológicas entre o popular e o comunitário em contextos de desastres climáticos: o caso do projeto Caminhos de Ivorá, no Rio Grande do Sul, Brasil. *Palavra Chave*, 29(s2), e29s22. <https://doi.org/10.5294/pacla.2026.29.s2.2>

Resumo

Este artigo analisa o papel da comunicação comunitária e popular diante dos desastres climáticos que atingiram o Rio Grande do Sul entre abril e junho de 2024, com foco no projeto Caminhos de Ivorá, situado na região da Quarta Colônia, território reconhecido como Geoparque Mundial pela UNESCO. A pesquisa adota abordagem qualitativa e utiliza a análise crítica do discurso para investigar como práticas comunicacionais foram mobilizadas para enfrentar os impactos das enchentes, articulando turismo rural, preservação cultural e sustentabilidade. O estudo revela que, em contextos de crise, a comunicação assume papel estratégico na mobilização social,

1  <https://orcid.org/0000-0003-2035-6832>. Universidade Federal do Pampa, Brasil. fabio.fra.fernandes@outlook.com

2 <https://orcid.org/0000-0001-6536-6714>. Universidade Federal de Santa Maria, Brasil. fossa@terra.com.br

na escuta coletiva e na construção de respostas comunitárias. As reflexões destacam as potencialidades e os limites da colaboração ativa de atores sociais na construção de soluções sustentáveis e na definição de suas próprias agendas, no âmbito da promoção da resiliência territorial e da comunicação como prática social em processos de reconstrução territorial.

Palavras-chave

Comunicação popular; comunicação comunitária; desastres climáticos; Rio Grande do Sul; Brasil.

Tensiones epistemológicas entre lo popular y lo comunitario en contextos de desastres climáticos: el caso del proyecto Caminhos de Ivorá, en Rio Grande do Sul, Brasil

Resumen

El artículo analiza el papel de la comunicación comunitaria y popular ante los desastres climáticos que afectaron a Rio Grande do Sul entre abril y junio de 2024, centrándose en el proyecto Caminhos de Ivorá, ubicado en la región de Quarta Colônia, un territorio reconocido como Geoparque Mundial de la UNESCO. La investigación adopta un enfoque cualitativo y utiliza el análisis crítico del discurso para investigar cómo se movilizaron las prácticas de comunicación para afrontar los impactos de las inundaciones, articulando el turismo rural, la preservación cultural y la sostenibilidad. El estudio revela que, en contextos de crisis, la comunicación desempeña un papel estratégico en la movilización social, la escucha colectiva y la construcción de respuestas comunitarias. Las reflexiones destacan las potencialidades y límites de la colaboración activa de actores sociales en la construcción de soluciones sostenibles y en la definición de sus propias agendas, en el contexto de la promoción de la resiliencia territorial y la comunicación como práctica social en los procesos de reconstrucción territorial.

Palabras clave

Comunicación popular; comunicación comunitaria; desastres climáticos; Rio Grande do Sul; Brasil.

Epistemological Tensions Between Popular and Community Communication in Climate Disaster Contexts: The Case of the Caminhos de Ivorá Project in Rio Grande do Sul, Brazil

Abstract

This article examines the role of community and popular communication in response to the climate disasters that affected Rio Grande do Sul between April and June 2024, focusing on the Caminhos de Ivorá project, located in the Quarta Colônia region, a UNESCO-recognized Global Geopark. The research adopts a qualitative approach and employs critical discourse analysis to investigate how communication practices were mobilized to address the impacts of flooding, integrating rural tourism, cultural preservation, and sustainability. The study reveals that, in crisis contexts, communication plays a strategic role in social mobilization, collective listening, and the development of community responses. The reflections highlight both the potential and limitations of active collaboration among social actors in constructing sustainable solutions and defining their own agendas, within the framework of promoting territorial resilience and communication as a social practice in territorial reconstruction processes.

Keywords

Popular communication; community communication; climate disasters; Rio Grande do Sul; Brazil.

As mudanças climáticas têm intensificado a frequência e a gravidade de eventos extremos em escala global, como enchentes, secas e tempestades, afetando de modo desigual populações, territórios e ecossistemas. No Brasil, o estado do Rio Grande do Sul, assim como outros territórios no país e no mundo, apresenta vulnerabilidades socioambientais significativas, decorrentes da combinação de fatores climáticos, geográficos e estruturais. Entre abril e junho de 2024, enchentes de grandes proporções atingiram o estado, causando perdas humanas, econômicas e culturais em centenas de municípios. A região da Quarta Colônia, situada no centro do estado e reconhecida como Geoparque Mundial pela UNESCO³, foi uma das mais impactadas, assim como o Vale do Taquari, o Vale do Paranhana e a Região Metropolitana de Porto Alegre — incluindo municípios como Eldorado do Sul, Canoas, São Leopoldo e a própria capital. Os efeitos do desastre estenderam-se ainda à Região Hidrográfica do Lago Guaíba, à Planície Costeira do Sul (com cidades como Pelotas e Rio Grande) e a todo o território do Rio Grande do Sul, conforme indicadores do Mapa Único do Plano Rio Grande (Governo do Rio Grande do Sul, 2025). Esses eventos evidenciaram a necessidade urgente de estratégias integradas voltadas à adaptação e à reconstrução sustentável dos territórios afetados.

Nesse contexto, a comunicação popular e a comunicação comunitária assumem papel estratégico na mobilização de recursos, no fortalecimento da cooperação entre diferentes atores sociais e na articulação de práticas de cuidado, escuta, ações coletivas e populares. Este artigo tem como objetivo dialogar sobre os desafios e as iniciativas comunicacionais empreendidas durante e após as enchentes de 2024, com foco no projeto Caminhos de Ivorá, uma experiência situada na Quarta Colônia que articula turismo rural, preservação cultural e desenvolvimento sustentável. A escolha desse objeto se justifica por sua relevância empírica e pelo potencial analítico para pensar a comunicação como prática social capaz de sustentar respostas comunitárias em contextos de crise.

3 Programa de certificação destinado a áreas geograficamente delimitadas que possuem patrimônio geológico de grande relevância, reconhecido por sua contribuição ao desenvolvimento sustentável local e regional. Esses parques têm como objetivo promover a conservação da geodiversidade, integrando o uso sustentável do território com foco na educação, no turismo responsável e no fortalecimento das comunidades locais (UNESCO, 2024).

O diálogo aqui proposto parte do entendimento de que a comunicação vai além da mera transmissão de informações: constitui um espaço de disputas simbólicas, de produção de sentidos e de construção coletiva de alternativas. A partir dessa perspectiva, o texto organiza-se em quatro eixos: 1) discussão teórica sobre comunicação popular e comunicação comunitária em contextos de transformação; 2) análise dos impactos das enchentes no território da Quarta Colônia; 3) descrição e análise das ações desenvolvidas pelo projeto Caminhos de Ivorá; e 4) reflexões acerca dos limites e das potencialidades da colaboração ativa de todos os atores sociais na construção de soluções sustentáveis e na definição de suas próprias agendas.

Metodologia

Este artigo adota uma abordagem qualitativa de natureza exploratória e analítica, fundamentada nas contribuições metodológicas de Minayo (2021) e Kale e Jayanth (2019). O estudo tem como objeto empírico o projeto Caminhos de Ivorá, localizado na região da Quarta Colônia, no Rio Grande do Sul — território reconhecido como Geoparque Mundial pela UNESCO. A escolha desse caso se justifica por sua relevância no enfrentamento dos impactos das enchentes de 2024 e por sua potencialidade de articular práticas de comunicação com iniciativas de promoção do desenvolvimento sustentável, especialmente em um contexto marcado por crise socioambiental e reconstrução territorial. Também a escolha do objeto analisado se justifica pelo conceito que ganhou destaque na Agenda 21, após a Conferência da Terra de 1992, no Rio de Janeiro, Brasil, ao destacar que as pessoas devem “pensar localmente e agir globalmente”, ou seja, devem considerar o impacto de suas ações no planeta, mas praticarem essas ações em suas comunidades e no dia a dia. As transformações globais começam com as ações individuais e coletivas em nível local.

A coleta de dados foi realizada por meio de análise documental (Moiira, 2012), com base em relatórios técnicos elaborados entre 2024 e 2025, publicados por instituições como o Laboratório de Investigações Sociológicas da Universidade Federal de Santa Maria (LabIS-UFSM), a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) do Governo Federal, a Secretaria da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação do

Governo do Estado do Rio Grande do Sul (Seapi-RS) e a Defesa Civil do estado. Também foram analisadas notícias publicadas na imprensa local e regional — especialmente pelo *Diário de Santa Maria*, cuja cobertura jornalística atende aos municípios da Quarta Colônia —, além de postagens em redes sociais que documentaram as respostas comunitárias e de populares ao desastre. Essa triangulação permitiu captar diferentes vozes e formas de registro da crise e da reconstrução, valorizando os saberes locais e a comunicação comunitária como práticas de resistência e reorganização social.

Entre os materiais analisados, destacam-se registros audiovisuais publicados por Ademir Cargnelutti, professor e integrante do projeto Caminhos de Ivorá. Os vídeos, amplamente compartilhados nas redes sociais durante o período da catástrofe climática, servem como documentos empíricos que expressam práticas comunicacionais emergenciais, mobilizações comunitárias e dinâmicas de solidariedade e resiliência em contextos de crise. A análise desses materiais se apoia em pressupostos da etnografia digital (Hine, 2015) e da comunicação comunitária (Peruzzo, 2008; 2013; 2021), buscando compreender como sujeitos sem formação técnica em comunicação, mas engajados em suas comunidades, ativaram ecossistemas midiáticos de forma estratégica, mesmo sob condições precárias.

Para orientar a análise dos dados, adotaram-se os princípios da análise crítica do discurso, conforme proposta por Fairclough, com ênfase na articulação entre práticas discursivas e práticas sociais. Segundo o autor, esse tipo de análise entende o discurso como uma prática social intrinsecamente vinculada às dinâmicas de poder e às ideologias que permeiam a sociedade. Mais do que se deter em aspectos exclusivamente linguísticos, essa abordagem busca compreender como os discursos produzem, legitimam e reproduzem estruturas sociais, combinando ferramentas da linguística com fundamentos da crítica social (Fairclough, 2001).

A análise crítica do discurso foi utilizada para identificar os sentidos atribuídos à comunicação popular e comunitária durante e após o desastre, bem como as disputas simbólicas em torno da sustentabilidade, da participação social e da reconstrução territorial. Essa abordagem crítica possibilitou

compreender as dinâmicas de poder, exclusão e resistência que atravessam as estratégias comunicativas mobilizadas tanto pelo projeto quanto pelos demais atores envolvidos.

O referencial teórico que sustenta a análise articula contribuições de Mario Kaplún (1985) sobre comunicação popular e de Cecília Peruzzo (2021) sobre comunicação comunitária. A comunicação popular, conforme destaca Kaplún, é caracterizada por sua natureza insurgente, centrada nas práticas culturais e expressivas dos grupos populares, com forte ênfase na oralidade, na partilha de saberes e na resistência às desigualdades estruturais. Para o autor, trata-se de uma comunicação “feita pelos próprios sujeitos populares a partir de seus interesses e necessidades” (Kaplún, 1985, p. 57). Sua centralidade reside na experiência cotidiana e nos modos tradicionais de organizar a vida, especialmente em contextos de vulnerabilidade, como aqueles que se intensificam após eventos climáticos extremos.

A comunicação comunitária, por sua vez, opera segundo uma lógica distinta. Cecília Peruzzo destaca que ela se funda em processos coletivos deliberativos e em sua vinculação a formas de organização social territorializadas. A autora define a comunicação comunitária como aquela “realizada no âmbito de grupos e coletividades organizadas, voltada ao fortalecimento da cidadania e da participação social” (Peruzzo, 2021, p. 34). Nesse caso, a ênfase recai sobre a governança local, a construção colaborativa de agendas e a promoção do bem comum.

Comunicação comunitária e comunicação popular: fundamentos teóricos e relevância em contextos de crise

A comunicação comunitária e a comunicação popular, enquanto campos de estudo e prática, têm sido amplamente discutidas sob diferentes perspectivas teóricas no Brasil, com abordagens que vão desde a gestão estratégica até críticas decoloniais e pós-estruturalistas. Tradicionalmente, autoras como Cecília Peruzzo (2013) estabeleceram bases importantes ao defenderem a comunicação comunitária como um processo de construção de re-

lações transparentes e horizontais de troca de saberes para a mobilização coletiva. No entanto, estudos mais recentes questionam essas concepções, apontando para as complexidades e contradições inerentes a esses processos comunicativos.

Uma crítica contemporânea à comunicação, desenvolvida por Mumby e Kuhn (2019), problematiza a noção de transparência e participação, argumentando que essas práticas frequentemente reproduzem estruturas de poder e discursos hegemônicos. Para esses autores, a comunicação não é neutra, mas sim um campo de disputa em que interesses conflitantes se manifestam, muitas vezes sob a retórica do diálogo e da colaboração. Nesse sentido, a comunicação pode ser instrumentalizada para legitimar decisões já tomadas, em vez de abrir espaço para uma participação efetiva.

Em relação às bases epistemológicas dos dois campos, pode-se afirmar que a comunicação popular nasce da educação popular freireana, da teologia da libertação e dos movimentos sociais rurais e urbanos. Trata-se de uma perspectiva contra-hegemônica, orientada à transformação social, que prioriza a comunicação como prática de emancipação política protagonizada por sujeitos historicamente oprimidos. Compreende o território como espaço de conflito e disputa, no qual vozes subalternizadas constroem narrativas de resistência, e atribui forte centralidade ao processo político-pedagógico capaz de transformar comunicadores e comunidades. Entre os autores fundamentais dessa vertente destacam-se Paulo Freire (1997), Mario Kaplún (1985), Luis Ramiro Beltrán (1974), Jesús Martín-Barbero (1987) e Juan Díaz Bordenave (1991, 1993).

A comunicação comunitária emerge de convergências entre experiências de base, políticas públicas de participação e processos de democratização da comunicação. Seu foco recai sobre práticas que fortalecem laços socioterritoriais, pertencimento e coesão social. Não se estrutura, necessariamente, como contra-hegemônica, podendo estabelecer diálogos com o Estado, universidades e políticas de patrimônio. Confere centralidade ao processo comunicacional como construção coletiva de sentidos, embora nem sempre adote uma postura política explicitamente conflitiva. Entre

os autores de referência estão Cicília Peruzzo (2021; 2008), Jorge Huergo (1997), Alfonso Gumucio-Dagron (2008), Clemencia Rodríguez (2009) e Paulina Fernández Christlieb (2013).

No âmbito da comunicação comunitária, embora autores como Freire (2019) a entendam como um mecanismo de empoderamento e resistência, pesquisadores como Barranquero-Carretero e Sáez-Baeza (2015) alertam para o risco de cooptação por parte de agendas institucionais ou governamentais. Eles defendem uma abordagem decolonial que não apenas inclua as comunidades nos processos comunicativos, mas que também questione as estruturas que historicamente silenciaram suas vozes. Essa visão implica reconhecer que a comunicação comunitária não se limita a um simples compartilhamento de informações, mas envolve lutas por reconhecimento, representação e autonomia. A ideia de horizontalidade, tão celebrada na literatura clássica, é frequentemente tensionada por desigualdades materiais e simbólicas que dificultam uma participação verdadeiramente equitativa.

Além disso, o advento das tecnologias digitais introduziu novas camadas de complexidade nesses debates. As comunidades, especialmente as mais vulneráveis, enfrentam riscos significativos diante das tecnologias digitais, como as redes sociais. Embora ofereçam acesso facilitado a serviços, informação e participação social, essas plataformas operam com base na extração massiva de dados pessoais, muitas vezes sem transparência ou consentimento real. Esse processo, descrito por Couldry e Mejías (2021) como *colonialismo de dados*, transforma experiências cotidianas em insumos para a acumulação de capital por grandes corporações, comprometendo a autonomia, a privacidade e a soberania informacional das populações.

Com base nos tensionamentos propostos pelos autores, por extensão, podemos perceber que as redes sociais e as plataformas digitais reconfiguram tanto a comunicação organizacional quanto a comunitária, criando possibilidades de articulação e, simultaneamente, exacerbando desigualdades de acesso e expor comunidades a fluxos desordenados de desinformação. Desse modo, a conectividade digital, longe de ser neutra, aprofunda desigualdades ao submeter comunidades a lógicas de vigilância, exploração e controle (Couldry e Mejías, 2021).

Fernandes (2022) reforça essa visão ao apontar que o ambiente digital, embora amplifique a circulação de vozes e narrativas, opera dentro de uma lógica de mercado que tende a marginalizar atores sociais com menor capital técnico, econômico e simbólico, principalmente se localizados, geograficamente, distantes de regiões metropolitanas. Se, por um lado, as redes permitem a formação de movimentos transnacionais e a amplificação de vozes historicamente silenciadas, por outro, elas também podem reforçar assimetrias, já que nem todos os grupos têm as mesmas condições técnicas e culturais para ocupar esses espaços. Essa dualidade exige uma reflexão crítica sobre como a mediação tecnológica impacta a autonomia comunicativa de organizações e comunidades.

Diante dessas discussões, fica evidente que a comunicação comunitária e a comunicação popular não podem ser reduzidas a modelos instrumentais ou idealizações românticas. Elas são, antes de tudo, campos em disputa, em que se negociam sentidos, poderes e projetos de sociedade. Uma abordagem teórica atualizada deve, portanto, considerar não apenas as potencialidades desses processos, mas também suas limitações e contradições, articulando perspectivas críticas que dialoguem com as transformações sociais, tecnológicas e políticas do nosso tempo.

Enchentes de 2024 no Rio Grande do Sul: análise dos impactos socioambientais e desafios para a resiliência

As enchentes que devastaram o Rio Grande do Sul em 2024 configuram o maior desastre hidrológico já registrado na história do estado (ANA, 2025), escancarando sua vulnerabilidade socioambiental. A magnitude da catástrofe foi tamanha que, segundo Germano Schwartz (2024), tem sido comparada ao furacão Katrina, que atingiu New Orleans em 2005. Enquanto o Katrina deixou cerca de 400 mil desalojados e 1.800 mortos, o desastre no Rio Grande do Sul afetou direta ou indiretamente mais de 2,4 milhões de pessoas, com 146 mil desalojados, 78 mil desabrigados e 183 mortes confirmadas (ANA, 2025; Defesa Civil, 2025). Também foram registradas 32 mil casas destruídas ou inabitáveis e mais de 15 mil

casos de leptospirose, intensificando os desafios sanitários e sociais no período pós-desastre.

Segundo o LabIS-UFSM, a crise atingiu proporções alarmantes: 96% dos municípios gaúchos acionaram estruturas públicas de proteção social, muitas das quais se mostraram colapsadas ou insuficientes diante da demanda emergencial (Sandalowski et al., 2024). Esses dados evidenciam que o ocorrido ultrapassa a categoria de evento climático extremo, configurando emergência estrutural, que exige não apenas respostas imediatas, mas também políticas públicas duradouras voltadas à reconstrução, à justiça ambiental e à resiliência territorial.

Do ponto de vista econômico, levantamento da Confederação Nacional de Municípios (2024), realizado em agosto de 2024, estimou um impacto de R\$ 13,3 bilhões (aproximadamente USD\$ 2,66 bilhões). O setor privado concentrou as maiores perdas, totalizando R\$ 6 bilhões (cerca de USD\$ 1,20 bilhão) — R\$ 4,9 bilhões na agricultura (aproximadamente US\$ 980 milhões), R\$ 514,8 milhões na pecuária (cerca de USD\$ 103 milhões), R\$ 293 milhões na indústria (aproximadamente USD\$ 58,6 milhões) e R\$ 143,4 milhões no comércio (cerca de USD\$ 28,7 milhões). Já os danos habitacionais somaram R\$ 4,7 bilhões (aproximadamente USD\$ 940 milhões), afetando 113,6 mil residências, enquanto o setor público contabilizou R\$ 2,6 bilhões (cerca de USD\$ 520 milhões) em prejuízos relacionados à infraestrutura, aos transportes e à energia.

Complementarmente, o Data Research & Insights, da Universidade de Passo Fundo (Magalhães Filho et al., 2024), estimou perdas de R\$ 35,614 bilhões na produção (aproximadamente USD\$ 7,12 bilhões; -2,61%), R\$ 15,744 bilhões no PIB (cerca de USD\$ 3,15 bilhões; -2,46%) e a eliminação de 152.017 postos de trabalho (-2,35%). Os setores mais impactados foram serviços (66,51% das perdas no PIB) e comércio (28,18% no PIB e 43,96% no emprego), seguidos por indústria e agropecuária, esta última com retração de 4,25% na produção. O efeito multiplicador ampliou os prejuízos: cada R\$ 1 milhão perdido (USD\$ 200 mil) reduziu a renda estadual em R\$ 2,25 milhões (USD\$ 450 mil), e cada emprego eliminado gerou 2,1 novos desempregados no sistema econômico (ANA, 2025).

A chuva que desencadeou o desastre foi a maior já registrada no Estado, com acumulados superiores a 1.000 mm em algumas localidades, como Muçum, e volumes 47% acima do recorde anterior em determinadas áreas. A elevação dos rios foi igualmente drástica: em Lajeado, o rio Taquari chegou a 33,67 metros, e o lago Guaíba, em Porto Alegre, atingiu 5,37 metros — superando em 60 cm a cheia histórica de 1941 (ANA, 2025). A região da Quarta Colônia, onde a precipitação em maio de 2024 atingiu 500 mm em 72 horas — três vezes acima da média histórica —, exemplifica a interseção entre extremos climáticos e vulnerabilidades estruturais: 85% das áreas afetadas não possuíam sistemas de drenagem adequados, e 60% das estradas danificadas careciam de manutenção preventiva (Tazzo et al., 2024).

O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas reforça que eventos como esses estão diretamente relacionados ao aquecimento global, com projeções de aumento de até 30% nas chuvas extremas no Sul do Brasil até 2050 (Dourado et al., 2024). Estudos do Banco Mundial (2024) apontam que, entre 2010 e 2024, o Rio Grande do Sul teve crescimento de 40% na frequência de inundações severas, com perdas acumuladas de mais de R\$ 25 bilhões (aproximadamente USD\$ 5 bilhões). Em Santa Maria, os eventos climáticos dos últimos três anos causaram, além de perdas materiais, rupturas graves no cotidiano de populações já vulnerabilizadas: famílias pobres, mulheres e idosos foram os mais afetados, com deslocamentos forçados e interrupções de acesso a saúde, educação e segurança alimentar (Sandalowski et al., 2024).

A ausência de políticas integradas de prevenção amplificou os danos. De acordo com o Ely (2024), apenas 12% dos municípios gaúchos tinham planos de contingência atualizados, e menos de 20% dispunham de sistemas de alerta precoce eficazes. A resposta institucional foi, em muitos casos, tardia: 45% dos desabrigados aguardaram mais de 72 horas por ajuda humanitária. Os pesquisadores do LabIS observaram que os abrigos municipais em Santa Maria foram montados de forma improvisada, com baixa capacidade de atendimento psicossocial e ausência de planejamento para acolher grupos com necessidades específicas, como pessoas com deficiência e crianças pequenas (Sandalowski et al., 2024). Situação essa também observada em outras regiões do estado, inclusive na Região Metropolitana

de Porto Alegre, que, diante da histórica enchente de 1941, já conta — ainda que com defasagens — com sistemas próprios de controle de cheias e casas de bombas para o escoamento das águas pluviais.

O setor agrícola, responsável por 23% do PIB estadual, foi duramente atingido: segundo a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (2024), houve perdas de R\$ 3,2 bilhões (cerca de USD\$ 640 milhões) apenas nas lavouras de soja e arroz, com 280 mil hectares inundados e 15 mil pequenos produtores em insolvência. Calculam-se perdas totais de R\$ 4,9 bilhões na agricultura (aproximadamente USD\$ 980 milhões), R\$ 514 milhões na pecuária (cerca de USD\$ 102,8 milhões) e R\$ 293 milhões na indústria (aproximadamente USD\$ 58,6 milhões).

Os impactos de longo prazo das enchentes sobre o desenvolvimento local são profundamente preocupantes. Estudos de Cardella et al. (2025) apontam que cerca de 40% das pequenas empresas afetadas por desastres hídricos não conseguem retomar suas atividades mesmo dois anos após o evento, evidenciando uma fragilidade estrutural nos ecossistemas econômicos locais. No setor do turismo, vital para as comunidades da Quarta Colônia, as perdas são ainda mais expressivas, com retrações de até 60% na renda familiar após eventos climáticos severos.

Diante desse cenário, a reconstrução não pode se limitar à reposição emergencial de estruturas: ela demanda investimentos robustos e orientados por evidências. Apenas em infraestrutura básica, estima-se um custo superior a R\$ 2,5 bilhões (aproximadamente USD\$ 500 milhões), segundo projeções do Banco Mundial (2024). No entanto, os dados mostram que investir em prevenção é não apenas mais eficiente, mas também mais econômico. O programa Construindo Cidades Resilientes, da Organização das Nações Unidas (ONU), por exemplo, destaca que cada USD\$ 1,00 investido em ações preventivas resulta em uma economia de até USD\$ 7,00 em gastos com resposta emergencial. Relatórios recentes da ANA (2025) corroboram essa lógica: a aplicação de apenas R\$ 1,00 (USD\$ 0,20) em sistemas de alerta pode evitar perdas da ordem de R\$ 661,00 (aproximadamente USD\$ 132,20).

Contudo, conforme alerta a equipe do LabIS (Sandalowski et al., 2024), o sucesso dessas intervenções depende da capacidade de integrar tecnologia com escuta ativa das populações atingidas, da valorização dos saberes locais e das práticas de comunicação organizacional e comunicação comunitária. Essa integração não apenas fortalece a eficácia das ações, mas também garante que as soluções implementadas sejam culturalmente sensíveis e socialmente inclusivas. A promoção de um diálogo contínuo e colaborativo entre as partes envolvidas permite que as estratégias de intervenção sejam mais adequadas às necessidades reais das comunidades, aumentando a resiliência e promovendo uma resposta mais eficaz e sustentável a desastres. Sem essa base de confiança e participação, mesmo as soluções mais sofisticadas tecnicamente fracassarão em produzir mudanças duradouras e justas. A resiliência, portanto, não é apenas uma questão de engenharia ou tecnologia, mas também de construção social e de uma verdadeira colaboração entre as comunidades e os agentes envolvidos.

Esses dados evidenciam que as enchentes de 2024 não foram apenas uma tragédia climática, mas um fracasso sistêmico na articulação entre ciência, política e sociedade, além de um uso ineficiente dos meios e dos processos de comunicação. A persistência de modelos reativos — em vez de estratégias preventivas, territoriais e de comunicação participativas — condena o Estado a ciclos recorrentes de crise, com custos humanos e econômicos cada vez mais insustentáveis.

A práxis da comunicação popular na reconstrução comunitária: o projeto Caminhos de Ivorá

A comunicação popular é central para fortalecer o desenvolvimento rural comunitário, funcionando como um processo de mobilização, organização e ação participativa. Diferentemente dos modelos convencionais de comunicação para o desenvolvimento, que se baseiam na difusão de inovações e nas lógicas mercadológicas, a comunicação popular se fundamenta em valores humanos e na valorização dos saberes locais. Essa abordagem favorece relações horizontais e dialógicas, facilitando a coordenação de ações e a troca de conhecimentos de forma coletiva, além de contribuir para a criação de espaços mais inclusivos e colaborativos.

Ao alinhar-se à comunicação comunitária, a comunicação popular fortalece as redes de apoio e a ação coletiva nas comunidades. Desse modo, a comunicação comunitária promove práticas de diálogo e construção de sentido a partir das experiências vividas pelas populações locais, pensando a participação como gestão (Peruzzo, 2013), enquanto a comunicação popular tensiona projetos integrados com prefeitura e universidades, e enfatiza protestos, reivindicações e responsabilização política. A ênfase na práxis política e na pedagogia libertadora introduz uma epistemologia que valida o saber produzido pela experiência e pela organização coletiva em oposição aos saberes formalmente “técnicos”.

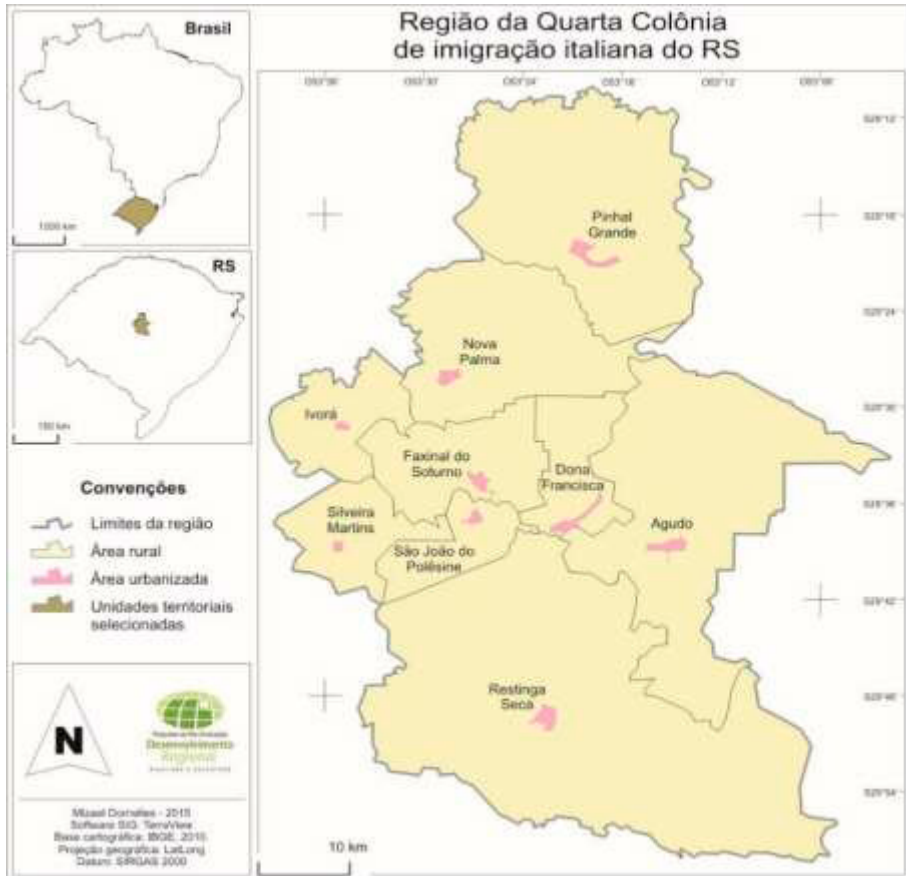
No entanto, juntas, essas formas de comunicação que integram tanto o conhecimento técnico como os saberes de experiências são capazes de viabilizar a articulação de estratégias que não apenas gerenciam, mas também empoderam as comunidades, permitindo a participação de todos os atores sociais na construção de soluções sustentáveis e na definição de suas próprias agendas.

Conforme destaca Peruzzo (2021), ao integrar-se às experiências de desenvolvimento comunitário, a comunicação popular oferece uma alternativa robusta aos modelos tradicionais, priorizando as necessidades locais e construindo uma epistemologia própria. Essa perspectiva fortalece processos de mudança social e articula práticas como a agroecologia e a economia solidária, que são essenciais para enfrentar os desafios impostos pela monocultura, pelo agronegócio e por políticas exógenas de desenvolvimento. Em um contexto de desastres e transformações sociais, a integração desses modelos de comunicação fortalece a resiliência comunitária e promove alternativas sustentáveis, reforçando a autonomia das populações rurais.

Nesse contexto, o projeto Caminhos de Ivorá se destaca como um exemplo paradigmático de resiliência comunitária e ação rápida em gestão pós-desastre. Localizado na Quarta Colônia de Imigração Italiana, no Rio Grande do Sul, o projeto integra uma rede de municípios — como Silveira Martins, São João do Polêsine, Faxinal do Soturno, Dona Francisca, Nova Palma, Pinhal Grande, Agudo e Restinga Seca — que compartilham uma

identidade cultural marcada pela colonização italiana e pela riqueza geológica, reconhecida recentemente pela UNESCO com a criação do Geoparque Quarta Colônia, conforme ilustrado no mapa da Figura 1.

Figura 1. Mapa da Quarta Colônia de imigração italiana no Rio Grande do Sul, Brasil



Fonte: Dornelles (2010).

O projeto ganhou notoriedade após as enchentes devastadoras que afetaram o Rio Grande do Sul entre abril e junho de 2024. Como ilustrado na Figura 2, pode-se observar a destruição após as águas baixarem em Agudo, um dos municípios da Quarta Colônia, severamente impactado tanto na área urbana quanto na rural.

Figura 2. Destruição em Agudo (Quarta Colônia), uma das cidades mais afetadas pelas enchentes de 2024, com áreas urbanas e rurais completamente alagadas



Fonte: Rádio Agudo (2024).

Além de Agudo, outros municípios da Quarta Colônia enfrentaram perdas dramáticas. Em São João do Polêsine, lavouras foram arrasadas por erosões e deslizamentos, gerando prejuízos de R\$ 5 milhões (aproximadamente USD\$ 1 milhão) na produção agrícola e R\$ 4,5 milhões (cerca de USD\$ 900 mil) em infraestrutura, além de uma morte e 24 famílias desalojadas. Em Pinhal Grande, o sistema de abastecimento de água foi comprometido, com perdas de R\$ 4,5 milhões (aproximadamente USD\$ 900 mil) em infraestrutura e a morte de duas pessoas por deslizamentos. Em Ivorá, estimativas apontam R\$ 10 milhões (cerca de USD\$ 2 milhões) em prejuízos na agricultura e pecuária, especialmente nas culturas de soja, feijão e milho, além de R\$ 8,5 milhões (aproximadamente USD\$ 1,7 milhão) em danos à infraestrutura. Em Silveira Martins, a destruição de nove acessos dificultou o socorro às famílias e o escoamento da produção, resultando em perdas superiores a R\$ 20 milhões (mais de USD\$ 4 milhões) e a destruição de oito residências (Manganeli, 2024).

Os impactos foram profundos: 85% das propriedades vinculadas sofreram danos significativos, com perdas econômicas diretas estimadas em R\$ 2,3 milhões (aproximadamente USD\$ 460 mil), comprometendo atividades turísticas, infraestrutura e produção agrícola, conforme ilustrado na Figura 3.

Figura 3. Ponte rural destruída por enchente em Faxinal do Soturno (Quarta Colônia), comprometendo o acesso e a logística de socorro e de escoamento da produção agrícola



Fonte: Pinheiro (2024).

Contudo, mais do que relatar danos, o projeto Caminhos de Ivorá evidencia o papel crucial da comunicação comunitária na reorganização social em momentos críticos. A rápida resposta articulada por meio de redes comunicacionais colaborativas — envolvendo moradores, voluntários, organizações e instituições — resultou em ações de assistência emergencial e reconstrução, como ilustrado na Figura 4. Nela, moradores e voluntários reabrem vias de acesso destruídas, como pontes e estradas, essenciais para a recuperação da infraestrutura local.

Figura 4. Reconstrução comunitária da ponte de madeira na zona rural de Ivorá, como expressão de solidariedade



Fonte: Cargnelutti (2024a).

Outras estratégias de comunicação comunitária e popular, como rádio comunitária, aplicativos de mensagens e redes sociais, garantiram acesso à informação para 92% das propriedades rurais isoladas, mesmo com a infraestrutura de telecomunicações comprometida. Essa capacidade de articulação demonstra a comunicação popular como bem público e ferramenta de resiliência, alinhando-se à concepção de Peruzzo (2021), que destaca a importância de práticas dialógicas que reconhecem os saberes locais como legítimos.

Durante a catástrofe, os responsáveis pelo projeto, em articulação com lideranças municipais e comunitárias, utilizaram plataformas como Facebook e Instagram para não apenas relatar os impactos e a destruição causados pelas chuvas, mas também informar sobre áreas de risco, fluxo pluvial e regiões com potencial para alagamentos e deslizamentos. Esses meios também foram usados para divulgar pedidos de ajuda e estabelecer contato com indivíduos ou famílias isoladas que necessitavam de assistência.

Mesmo sem formação técnico-teórica em comunicação e frequentemente atuando de forma improvisada devido à urgência da situação, os envolvidos conseguiram estruturar e disseminar conteúdos eficazes. Produzidas sob a lógica da comunicação organizacional, mas guiadas pelos princípios da comunicação comunitária e popular, essas mensagens circularam amplamente, sendo replicadas por outros perfis em redes sociais e ganhando espaço na mídia *mainstream*, além de alcançar novas plataformas como Twitter (atualmente X) e TikTok. O resultado foi a formação de uma ampla rede de informações qualificadas e cooperação solidária, fundamental para mitigar os efeitos da tragédia e mobilizar recursos em tempo real.

Em um vídeo publicado em 2 de maio de 2024, Ademir Cargnelutti, por meio de seu perfil no Facebook, ilustra uma prática comunicacional voltada à orientação pública em contexto de crise. Ao dialogar com um morador da Quarta Colônia, o professor busca informar a população sobre os riscos e impactos da enchente, destacando as limitações dos apoios institucionais disponíveis devido à falta de internet, energia elétrica e combustível. O vídeo também enfatiza o engajamento espontâneo da comunidade, que, unida de forma solidária, auxilia as famílias afetadas (Cargnelutti, 2024a).

Embora o vídeo tenha sido realizado sem recursos técnicos ou um roteiro prévio, ele assume um caráter de utilidade pública, funcionando como uma mediação entre a realidade local e a comunidade mais ampla, inclusive aquela conectada pelas redes sociais. O tom de alerta, com a recomendação de que pessoas em áreas de risco deixem suas casas e busquem locais seguros, demonstra a atuação da comunicação comunitária (Peruzzo, 2013) como prática de horizontalidade, territorialidade e compromisso ético com o bem comum. Mesmo sem formação técnica em comunicação, o emissor mobiliza práticas discursivas alinhadas às funções essenciais da mídia em situações de emergência: informar, orientar, proteger e conectar.

A circulação do vídeo em mídias sociais digitais reforça o papel da comunicação como extensão do tecido comunitário, estabelecendo um elo entre saberes locais, redes de solidariedade e fluxos de informação descentralizados, em contraste com a lógica dominante da mídia tradicional (Martín-Barbero, 1987).

Na fase de recuperação pós-desastre, o projeto Caminhos de Ivorá se baseia no princípio Build Back Better, adotado pela ONU em contextos de reconstrução resiliente (United Nations Office for Disaster Risk Reduction, 2017). Embora ainda não existam dados específicos sobre a reconstrução das estradas em Ivorá, experiências semelhantes na Região Sul, como as realizadas após as enchentes de 2023 em Encantado, Rio Grande do Sul também, demonstram que técnicas de drenagem sustentável podem reduzir entre 40% e 60% os riscos de novos alagamentos (Magalhães Filho et al., 2023). Esse princípio vai além da simples recuperação dos danos causados por desastres naturais ou pandemias, propondo a construção de um futuro mais justo, sustentável e equitativo.

Em 9 de maio de 2024, Ademir documenta uma ação concreta de reconstrução, o reparo emergencial da ponte do Michelin, em Ivorá, anteriormente em estado crítico. Com o apoio de máquinas fornecidas por uma empresa privada de Condor, o professor interage com populares envolvidos na atividade, registrando depoimentos e valorizando o esforço coletivo, ao mesmo tempo em que celebra a ação como um “presente fantástico” para a cidade (Cargnelutti, 2024b).

A legenda da publicação, com seu discurso marcado pela gratidão e recusa de divisões ideológicas, enfatiza a importância da ação a partir de uma “percepção amorosa e solidária” (Cargnelutti, 2024b), reforçando um *ethos* comunitário, em que a comunicação emerge como prática afetiva, política e territorializada — uma ferramenta de reconhecimento, valorização e mobilização social.

Esse registro destaca a comunicação comunitária e popular como uma prática viva e situada, que articula memória, afeto e ação concreta (Peruzzo, 2021; 2013; 2009). O ato de “entrevistar” populares, mesmo informalmente, confere protagonismo a sujeitos muitas vezes invisibilizados pela mídia tradicional, reafirmando o potencial dos registros digitais como dispositivos de resistência e transformação.

Diante da crise climática e dos desafios impostos por desastres socioambientais, o projeto Caminhos de Ivorá demonstra como a comuni-

cação popular, articulada às dimensões organizacional e comunitária, pode constituir um eixo estruturante da resiliência coletiva. A mobilização de saberes locais, o uso estratégico de tecnologias acessíveis e a criação de redes solidárias de informação não apenas viabilizam respostas rápidas e coordenadas, mas também fortalecem a capacidade das comunidades de definir seus próprios caminhos de reconstrução.

A comunicação, assim, deixa de ser apenas um instrumento funcional e torna-se um verdadeiro território de disputa simbólica e política, no qual se constroem narrativas, pertencimentos e futuros possíveis. O projeto, ao assumir, mesmo que sem compreender em essência epistemológica as dinâmicas da comunicação comunitária e da comunicação popular, reafirma que reconstruir não é apenas reparar estruturas físicas, mas reconfigurar relações sociais, ampliar direitos e consolidar práticas sustentáveis, com protagonismo das populações locais. De tal modo, o projeto Caminhos de Ivorá evidencia que a comunicação, quando praticada como bem comum e ferramenta de escuta, expressão e organização coletiva, é parte indispensável de qualquer estratégia de reconstrução que se pretenda justa, equitativa e transformadora.

Lições aprendidas e caminhos futuros: limites e potencialidades da colaboração coletiva

A experiência do projeto Caminhos de Ivorá nas enchentes de 2024 no Rio Grande do Sul revela não apenas a potência das redes locais de solidariedade, mas também as tensões estruturais que atravessam os processos de reconstrução em contextos de crise. A colaboração coletiva, frequentemente celebrada como solução para os desafios da gestão territorial, mostrou-se essencial para a articulação de respostas rápidas e integradas, mas também limitada quando não acompanhada de políticas públicas duradouras e de mecanismos institucionais de sustentação.

Por um lado, a atuação conjunta de moradores, pesquisadores, agentes públicos, voluntários e organizações sociais permitiu a recomposição de acessos, a circulação de informações e a implementação de soluções adaptativas, como práticas sustentáveis de drenagem e comunicação co-

munitária digital. Essas ações resultaram em impactos mensuráveis, como a redução do tempo de resposta, o aumento do engajamento comunitário e a manutenção de circuitos produtivos mesmo em meio ao colapso da infraestrutura tradicional. Trata-se de um exemplo relevante de como práticas comunicacionais territorializadas podem sustentar formas inovadoras de gestão pós-desastre.

Por outro lado, a análise crítica do caso também evidencia os limites dessa colaboração. A maioria dos recursos mobilizados teve origem em doações pontuais, com baixa incidência de financiamento público estruturante. Além disso, lideranças comunitárias, que desempenham um papel fundamental como comunicadoras populares, relataram sobrecarga emocional e dificuldade de continuidade das ações, revelando o risco de se delegar às comunidades a responsabilidade exclusiva pela resiliência — o que pode configurar uma forma de precarização da gestão do risco. Essa dinâmica reforça o alerta de que a “resiliência local” não pode ser compreendida como substituto da ação estatal, mas como ponto de partida para a construção de políticas públicas de base territorial.

Outro aspecto sensível diz respeito às desigualdades no acesso e no uso das tecnologias de comunicação. Embora as plataformas digitais tenham registrado ampla participação, segmentos como idosos e famílias em situação de vulnerabilidade tecnológica foram, em parte, excluídos de processos decisórios e comunicacionais, ficando também mais expostos à desinformação. Essa exclusão não é apenas uma questão técnica, mas também política, evidenciando que, mesmo em iniciativas horizontalizadas, persistem barreiras simbólicas e materiais que dificultam uma participação verdadeiramente equitativa. A comunicação, portanto, precisa ser pensada como política pública inclusiva, que combine mídias digitais com práticas tradicionais e estratégias de letramento comunicacional.

Para que experiências como a do Caminhos de Ivorá avancem além da excepcionalidade, três eixos estratégicos devem ser considerados:

1. a institucionalização das redes colaborativas, com presença formal nos espaços de decisão e no orçamento público permanente;

2. o fortalecimento de ecossistemas de comunicação comunitária, com infraestrutura acessível, formação continuada e reconhecimento legal; e
3. a criação de espaços de interlocução permanentes entre ciência, sociedade e Estado, valorizando os saberes locais como componentes legítimos na formulação de políticas de adaptação climática.

A colaboração coletiva, portanto, tem potencial para transformar contextos de crise em oportunidades de reorganização territorial mais justa e resiliente. Todavia, isso só será possível se a comunicação deixar de ser tratada como um instrumento técnico e passar a ser reconhecida como prática social e política, capaz de articular vozes, disputar sentidos e sustentar alternativas que coloquem a vida no centro das decisões públicas. Nesse sentido, a comunicação não é apenas uma ferramenta funcional, mas um território de disputa simbólica e política, onde se constroem narrativas, pertencimentos e futuros possíveis.

Conclusões: comunicação como eixo estruturante da resiliência territorial

As enchentes de 2024 no Rio Grande do Sul escancararam as múltiplas dimensões da crise climática: não apenas os impactos devastadores sobre populações vulneráveis, mas também as limitações das estruturas institucionais de prevenção, resposta e reconstrução. No entanto, em meio ao colapso de sistemas formais, emergiram respostas comunitárias robustas, como a articulada pelo projeto Caminhos de Ivorá, que mostrou como a comunicação organizacional e a comunicação comunitária podem operar como um eixo estruturante de resiliência territorial.

As crises climáticas que atingem a Quarta Colônia, no Rio Grande do Sul, Geoparque Mundial, conforme a UNESCO, evidenciam tensões epistemológicas historicamente presentes entre a comunicação comunitária e a comunicação popular na América Latina. Enquanto a comunicação comunitária privilegia práticas de articulação territorial, fortalecimento identitário e busca de consensos para a gestão participativa do risco, a comunicação popular se ancora em uma tradição contra-hegemônica, denunciando assi-

metrias de poder, desigualdades socioambientais e responsabilização dos agentes estatais. O reconhecimento internacional do território reforça narrativas de valorização patrimonial típicas da comunicação comunitária, ao passo que os impactos diferenciados das enchentes e deslizamentos reativam narrativas de injustiça climática características da comunicação popular. Assim, o caso da Quarta Colônia expõe as disputas entre projetos comunicacionais que, embora compartilhem raízes latino-americanas, divergem quanto à finalidade política da comunicação, à concepção de sujeito coletivo e à relação com o Estado, o que revela formas distintas de produzir sentidos sobre risco, território e cidadania.

A experiência analisada evidencia que a mobilização local, quando sustentada por redes de colaboração, tecnologias acessíveis e práticas de escuta e cuidado, pode acelerar a recuperação e promover inovações sociais relevantes. Resultados concretos, como a redução do tempo de resposta, a inclusão digital de comunidades rurais e a implementação de soluções sustentáveis de infraestrutura, demonstram o potencial transformador de projetos enraizados em dinâmicas participativas.

Entretanto, os limites também são evidentes: a dependência de recursos temporários, a sobrecarga das lideranças e a frágil institucionalização das práticas bem-sucedidas ameaçam a continuidade das ações. O risco é que a resiliência se torne uma “obrigação moral” das comunidades, sem respaldo estruturante do Estado. Como demonstrado, experiências locais precisam ser reconhecidas como modelos legítimos de inovação social e integradas a políticas públicas duradouras, com financiamento, regulação e acompanhamento técnico.

Em tempos de emergência climática, o futuro das comunidades não pode depender apenas de sua capacidade de resistência. É necessário construir ecossistemas de governança colaborativa, que articulem ciência, saberes locais, comunicação inclusiva e políticas públicas efetivas. A lição de Ivorá é clara: onde há escuta, solidariedade e articulação, há também caminhos possíveis para reconstruir não apenas territórios físicos, mas os próprios sentidos de comunidade e futuro.

Agradecimentos

Os autores agradecem aos integrantes do projeto Caminhos de Ivorá, em especial ao professor Ademir Tomás Velasco Cargnelutti, idealizador do projeto e referência empírica fundamental para este estudo, bem como às lideranças comunitárias e aos moradores da região da Quarta Colônia, o compartilhamento de experiências, registros e práticas comunicacionais que fundamentaram a análise. Agradecem, ainda, às instituições públicas e acadêmicas cujos relatórios, dados e documentos subsidiaram a pesquisa, assim como aos profissionais da imprensa local a cobertura jornalística que contribuiu para a contextualização empírica do estudo.

Financiamento

A pesquisa não recebeu financiamento específico de agências públicas, privadas ou do terceiro setor. O estudo foi desenvolvido no âmbito das atividades acadêmicas e de pesquisa dos autores, sem apoio financeiro externo identificado.

Declaração de conflitos de interesse

Os autores declaram que não há conflitos de interesse de natureza financeira, institucional ou pessoal que possam ter influenciado os resultados ou a interpretação deste trabalho.

Declaração de ética e consentimento

Este estudo baseia-se exclusivamente em análise documental, materiais de domínio público, registros audiovisuais publicados em redes sociais de acesso aberto e dados secundários provenientes de relatórios institucionais e cobertura jornalística. Não houve coleta direta de dados com seres humanos, nem intervenção ou experimentação. Dessa forma, não se aplicou submissão a comitê de ética em pesquisa, em conformidade com as normativas nacionais e internacionais vigentes.

Disponibilidade de dados ou materiais

Os dados que sustentam os resultados deste estudo são provenientes de fontes públicas e estão disponíveis nos relatórios institucionais, documentos

oficiais, matérias jornalísticas e conteúdos publicados em redes sociais, devidamente citados ao longo do artigo. Não foi gerado um conjunto de dados próprio com repositório específico ou identificador persistente (DOI).

Consentimento para publicação

Não se aplica. O estudo não inclui informações pessoais sensíveis nem imagens identificáveis produzidas diretamente pelos autores. Os materiais analisados são de acesso público e foram utilizados exclusivamente para fins acadêmicos, respeitando os princípios éticos da pesquisa e da comunicação científica.

Declaração de uso de inteligência artificial

Os autores declaram que não foram utilizadas ferramentas de inteligência artificial generativa na redação, análise ou interpretação dos dados do manuscrito. Todas as etapas do trabalho foram realizadas integralmente pelos autores.

Contribuições de autoria (CRediT)

Fabio Frá Fernandes: conceituação; metodologia; análise formal; investigação; curadoria de dados; redação — rascunho original, revisão e edição; revisão e edição; visualização; supervisão; administração do projeto.

Maria Ivete Trevisan Fossá: metodologia; análise formal; curadoria de dados; redação —revisão e edição; visualização.

Referências

Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico. (2025). *As enchentes no Rio Grande do Sul: lições, desafios e caminhos para um futuro resiliente*. ANA. https://biblioteca.ana.gov.br/sophia_web/acervo/detalhe/107692

Barranquero-Carretero, A., & Sáez-Baeza, C. (2015). La crítica descolonial y ecológica a la comunicación para el desarrollo y el cambio

social. *Palavra Clave*, 18(1), 41-82. <https://doi.org/10.5294/pa-cla.2015.18.1.3>

Beltrán, L. R. (1974). *Communication research in Latin America: The blindfolded inquiry?* Paper apresentado na International Scientific Conference on Mass Communication and Social Consciousness in a Changing World, Leipzig, Alemanha.

Bordenave, J. D. (1991). *O que é comunicação*. Editora Brasiliense.

Bordenave, J. D. (1993). *O que é comunicação rural*. Editora Brasiliense.

Cardella, E., Keeler, Z., Ewing, B. T., & Liang, D. (2025). Small business recovery and resilience in the aftermath of Hurricane Harvey. *Journal of Economic Behavior & Organization*, 234, 107029. <https://doi.org/10.1016/j.jebo.2025.107029>

Cargnelutti, A. (2024a, maio 9). Um vídeo significativo no dia dos 36 anos de emancipação de Ivorá. [Vídeo]. Facebook. <https://www.facebook.com/share/v/16nyK7d6WF/>

Cargnelutti, A. (2024b, maio 12). Mais um vídeo informativo! Aqui tentando dar passagem mínima para poderem acessar à Ivorá. [Vídeo]. Facebook. <https://www.facebook.com/share/v/17zcJ1YqkR/>

Confederação Nacional de Municípios. (2024, agosto 20). *CNM atualiza prejuízos dos municípios com as chuvas no RS; impacto é de R\$ 13,3 bilhões*. <https://cnm.org.br/comunicacao/noticias/cnm-atualiza-prejuizos-dos-municipios-com-as-chuvas-no-rs-impacto-e-de-r-13-3-bilhoes>

Couldry, N., & Mejias, U. A. (2021). *The costs of connection: How data is colonizing human life and appropriating it for capitalism*. Stanford University Press.

Defesa Civil do Rio Grande do Sul. (2025, abril 24). *Defesa Civil atualiza balanço das enchentes no RS*. <https://defesacivil.rs.gov.br/defesa->

-civil-atualiza-balanço-das-enchentes-no-rs-10-7-66b67813ba21f-66c4eed627af9-680aa31f76e02

Dornelles, M. (2010). *Mapa da região da Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul* [Mapa]. Elaborado com o software TerraView, base cartográfica IBGE, projeção geográfica Lat/Long, datum SIRGAS 2000.

Dourado, F., Sapienza, A., & Bastos, C. (2024). *Identificação de riscos e cenários prováveis de atuação*. Poder360. https://static.poder360.com.br/2024/05/Identificacao-de-riscos-e-cenarios-provaveis-de-atuacao-10mai2024_compressed.pdf

Ely, L. (2024, maio 7). Sistema de alertas sobre tragédia no Rio Grande do Sul falhou, dizem especialistas. *Agência Pública*. <https://apublica.org/2024/05/sistema-de-alertas-sobre-tragedia-no-rio-grande-do-sul-falhou-dizem-especialistas/>

Fairclough, N. (2001). *Language and power* (2ª ed.). Longman.

Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul. (2024). *Consulta da FIERGS sobre as enchentes de maio de 2024 no Rio Grande do Sul*. Unidade de Estudos Econômicos. https://observatorioidindustriars.org.br/wp-content/themes/observatorio/download.php?arquivo=/wp-content/uploads/2024/06/Consulta-FIERGS-Enchentes_v1.pdf

Fernandes, F. F. (2022). O reflexo da midiatização no espelho sociotécnico de organizações no interior do Rio Grande do Sul (Brasil). *Revista Comunicando*, 11(1). <https://doi.org/10.58050/comunicando.v11i1.251>

Fernández Christlieb, P. (2013). O EZLN e a GBI em Chiapas: direitos indígenas contra corporações transnacionais. *Revista Mexicana de Ciências Políticas e Sociais*, 46(188-189). <https://doi.org/10.22201/fc-pys.2448492xe.2003.188-9.42421>

- Fernández-Reyes, R. (2024). A comunicação climática e da biodiversidade em tempos de multicrises. *Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo*, 13(32), 76-85. <https://doi.org/10.46952/rebej.v13i31.1222>
- Fleury, L. C., Miguel, J. C. H., & Taddei, R. R. (2019). Mudanças climáticas, ciência e sociedade. *Sociologias*, 21(51). <https://doi.org/10.1590/15174522-0215101>
- Freire, P. (1997). *Extensão ou comunicação?* Paz e Terra.
- Freire, P. (2019). *Pedagogia do oprimido* (65ª ed.). Paz e Terra.
- Governo do Estado do Rio Grande do Sul. (2025). *Mapa único do Plano Rio Grande*. <https://planoriogrande.rs.gov.br/mapa-unico>
- Gumucio Dagrón, A. (2008). O mundo não basta: comunicação sustentável para o desenvolvimento sustentável. *Canalé*, 2(1), 35-39. <https://revistas.pucp.edu.pe/index.php/canale/article/view/1241>
- Hine, C. (2015). *Ethnography for the internet: Embedded, embodied and everyday*. Bloomsbury Publishing.
- Huergo, J. A. (1997). Los modos de relacionar: comunicación/educación. Em J. A. Huergo (Ed.), *Comunicación/educación: ámbitos, prácticas y perspectivas*. Ediciones de Periodismo y Comunicación.
- Kale, G., & Jayanth, J. (2019). Introduction to research. Em V. Bairagi & M. Munot (Eds.), *Research methodology: A practical and scientific approach* (pp. 1-24). Taylor & Francis Group.
- Kaplún, M. (1985). *El comunicador popular*. Centro Internacional de Estudios Superiores de Comunicación para América Latina.
- Magalhães Filho, F. J. C., Mendes, A. T., Santos, G. R., Benetti, A. D., & Dornelles, F. (2024, dezembro). Enchentes e inundações no Rio Grande do Sul em 2024: impactos e desafios para a gestão integrada de políticas públicas no saneamento básico. *Boletim Regional, Urbano e Ambiental*, (33), 23-32. <https://doi.org/10.38116/brua33art1>

- Manganeli, T. (2024, maio 29). Um mês após o início das chuvas, municípios da Quarta Colônia contabilizam prejuízos. *Diário de Santa Maria*. https://diariosm.com.br/noticias/geral/_um_mes_apos_o_inicio_das_chuvas_municipios_da_quarta_colonia_contabilizam_prejuizos_.596993
- Martín-Barbero, J. (1987). *De los medios a las mediaciones: Comunicación, cultura y hegemonía*. Gustavo Gili.
- Minayo, M. C. de S. (2021). O desafio da pesquisa social. Em M. C. de S. Minayo, S. F. Deslandes, & R. Gomes (Eds.), *Pesquisa social: teoria, método e criatividade* (pp. 9-29). Editora Vozes.
- Moreira, S. V. (2012). Análise documental como método e como técnica. Em J. Duarte & A. T. de Barros (Eds.), *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação* (2ª ed., pp. 269-279). Atlas.
- Mumby, D. K., & Kuhn, T. R. (2019). *Organizational communication: A critical introduction* (2ª ed.). SAGE Publications.
- Peruzzo, C. M. K. (2008). Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados: reelaborações no setor. *Palavra Chave*, 11(2), 367-379. <https://doi.org/10.5294/pacla.2008.11.2.7>
- Peruzzo, C. M. K. (2009). Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor. *Eco-Pós*, 12(2). <https://doi.org/10.29146/eco-pos.v12i2.947>
- Peruzzo, C. M. K. (2013). Comunicação comunitária e educação para a cidadania. *Comunicação & Informação*, 2(2), 205-228. <https://doi.org/10.5216/c&i.v2i2.22855>
- Peruzzo, C. M. K. (2021). Comunicação popular e comunitária em movimentos sociais rurais: para além do “difusionismo”, a participação emancipatória. Em J. Silva, F. Bastos, R. Miani, & L. Silva (Eds.), *Comunicação para a cidadania: 30 anos em lutas e construção coletiva* (pp. 101-131). Intercom; Gênio Editorial.

- Pinheiro, B. (2024, maio 26). Comunidade constrói ponte para pedestre após danos consecutivos no acesso entre Faxinal do Soturno e Ivorá. *Diário de Santa Maria*. https://diariosm.com.br/noticias/geral/comunidade_constroi_ponte_para_pedestre_apos_danos_consecutivos_no_acesso_entre_faxinal_do_soturno_e_ivora.596332
- Rádio Agudo. (2024, maio 10). Destruição em Agudo, uma das mais afetadas pelas enchentes de 2024, com áreas urbanas e rurais completamente alagadas [Fotografia]. <https://radioagudo.com.br/noticias/agudo/prefeitura-de-agudo-viabiliza-saque-calamidade-do-fgts-para-trabalhadores-afetados-pela-enxurrada/23682>
- Rodríguez, C. (2009). *De medios alternativos a medios ciudadanos: trayectoria teórica de un término*. *Folios*, (21-22), 13-25. <https://revistas.udea.edu.co/index.php/folios/article/view/6416>
- Sandalowski, M. C., Silva, E. Q., Farias, B., Felkl, B. N., Santos, L. R., & Lemos Rhoden, A. (2024). *Relatório técnico: Vulnerabilidade e risco: análise do desastre socioambiental em Santa Maria-RS* (v. 1). Laboratório de Investigações Sociológicas da Universidade Federal de Santa Maria. <https://doi.org/10.5281/zenodo.13901396>
- Schwartz, G. (2024). Antropoceno e direito: observação sistêmica das enchentes de 2024 no Rio Grande do Sul. Em D. Rudnick, & A. A. Miranda (Eds.), *Crise climática e o Rio Grande do Sul: perspectivas sociojurídicas sobre enchentes de 2024* (pp. 105-115). Unilasalle.
- Tazzo, I. F., Varone, F., Junges, A. H., & Cardoso, L. S. (2024, maio). *Condições meteorológicas ocorridas em maio de 2024 e situação das principais culturas agrícolas no estado do Rio Grande do Sul* (Comunicado Agrometeorológico nº 70). Secretaria da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação; Departamento de Diagnóstico e Pesquisa Agropecuária. <https://www.agricultura.rs.gov.br/upload/arquivos/202406/14142646-comunicado-agrometeorologico-70-maio-2024-final.pdf>

UNESCO. (2024). *Geociências e geoparques mundiais da UNESCO no Brasil*. UNESCO. <https://www.unesco.org/pt/node/104598>

United Nations Office for Disaster Risk Reduction. (2017). *Build back better in recovery, rehabilitation and reconstruction*. UNDRR. https://www.unisdr.org/files/53213_bbb.pdf